

vasco da gama  
a carreira e a lenda do maior  
navegador de sempre  
sanjay subrahmanyam

Tradução de Pedro Miguel Catalão

Para Ashin Das Gupta,  
de um filho pródigo





*A batalha, a fortaleza,  
diplomacia e roubo,  
tratar, servir os reis,  
comerciar em navios no mar  
e poderosos encantamentos — se funcionam para alguém,  
então o fruto será generoso.  
Mas a perder-se o controlo  
e a sucederem as coisas erradas,  
toda essa riqueza desaparecerá  
e a vida do homem ficará pendurada por um fio,  
Ó Deus de Kalahasti.*

Dhurjati, Kâlahastîśvara Śatakamu (século XVI)



# ÍNDICE



**Prefácio • 13**

Vasco da Gama, vinte e cinco anos depois

**Prefácio • 19**

**Abreviaturas • 23**

**Capítulo I • 25**

Introdução: pomos de discórdia

**Capítulo II • 43**

A herança de Santiago

**Capítulo III • 85**

Ida e volta a Calecut

**Capítulo IV • 162**

A tentativa de consolidação

**Capítulo V • 222**

A travessia do deserto

**Capítulo VI • 264**

O culminar de uma carreira

**Capítulo VII • 322**

*Finale*: os julgamentos da posteridade

**Bibliografia • 333**

**Notas • 349**



## PREFÁCIO

Vasco da Gama  
**vinte e cinco anos depois**

*Sanjay Subrahmanyam*



**N**o nosso mundo, que é hoje um mundo de consumo rápido e de procura de satisfação imediata, acompanhado de uma tendência para uma amnésia igualmente rápida, é motivo de alguma satisfação para um autor quando o seu livro continua a ser muito lido um quarto de século após a sua publicação inicial. *Vasco da Gama — A Carreira e a Lenda do Maior Navegador de Sempre* é um livro escrito por um historiador ainda na casa dos trinta anos, mas que já tinha escrito vários livros, nomeadamente *O Império Asiático Português* (editado em inglês em 1993). Foi publicado pela primeira vez em 1997, por ocasião do quinto centenário da viagem de Gama à Índia e foi o resultado de anos de investigação em vários países, mas mais extensivamente em Portugal, Espanha, Estados Unidos, Índia e França. Foi também o resultado de conversas com algumas figuras importantes da época na história moderna, sobretudo Jean Aubin e Luís Filipe Thomaz. Participou assim num importante movimento intelectual de reinterpretação da história do império ultramarino português, mas também da história da «expansão europeia» num sentido mais lato. Por coincidência, tudo isto aconteceu numa década de comemorações nacionais e internacionais, da viagem transatlântica de Colombo (1492), das viagens de descoberta portuguesas, e depois da fundação da Companhia Britânica das Índias Orientais (1600) e da sua congénere holandesa (1602).

Foram vários e distintos os impulsos que estiveram na base da redação do livro. Em primeiro lugar, tratou-se de um prolongamento do quadro alargado proporcionado por *O Império Asiático Português*, bem como por *De Ceuta a Timor* (1994), de Thomaz, e pelos ensaios dispersos de Aubin, mais

tarde reunidos nos três volumes monumentais do seu *Le Latin et l'Astrolabe* (1996–2006). Tratava-se de pôr em causa uma visão segundo a qual o império ultramarino português tinha sido construído passo a passo, num processo deliberado e ordenado em que predominavam as motivações comerciais e económicas, ainda que estivessem revestidas de uma retórica cristã. Esta visão teve várias encarnações, mas, na década de 1990, foi usada para argumentar que Portugal estava na origem da «globalização» e da abertura da economia mundial ao comércio livre. No lugar deste mito dourado, quis eu argumentar, seguindo o raciocínio de Aubin e Thomaz, que o empreendimento ultramarino português era confuso, complexo e marcado por contradições políticas e ideológicas internas. Apesar do facto de Portugal ser um Estado relativamente pequeno em relação aos seus vizinhos, como Castela e França, foi, no entanto, um Estado em que os projetos de expansão ultramarina estavam longe de ser unânimes. Ainda em 1999, a estação de televisão portuguesa RTP continuava a produzir programas segundo os quais Gama era uma figura nacional inabalável, que executava com lealdade os projetos do seu monarca D. Manuel. Como recompensa pelo seu serviço leal, foi então aparentemente recompensado por uma ascensão constante, acabando por sair das suas origens bastante humildes para passar a ser o aristocrático conde da Vidigueira e vice-rei do Estado da Índia, onde morreu em finais de 1524. O contraste implícito era com duas outras figuras: o mercenário italiano Colombo, que avidamente se movimentou de patrono em patrono, acabando por encontrar a América; e o traidor português Magalhães, que aceitou o apoio espanhol para prosseguir as suas ambições pessoais e atravessou o oceano Pacífico em nome de Carlos V, para vir a morrer em circunstâncias desastrosas. A trajetória de Vasco da Gama, reconstruída neste livro, mostra como são inadequados estes contrastes simplistas. Gama não era apenas uma figura complexa em termos dos seus próprios cálculos políticos e manobras constantes, mas também alguém que era obrigado a atuar num mundo escorregadio, sobre o qual acabou por triunfar até certo ponto — mas apenas com alguma dificuldade.

Qual era então o mundo de Gama? Por um lado, era o mundo limitado da Ibéria e a competição entre Portugal, Castela e Aragão, que levou estas potências a penetrarem cada vez mais profundamente na esfera atlântica no século xv. Se considerássemos uma tela um pouco mais ampla, teríamos de incluir as cidades-Estado italianas (nomeadamente Génova, Florença e Veneza), bem como a França e a Inglaterra, todas elas com algum investimento em projetos de comércio ultramarino e atividades militares ou corsárias periódicas.

Como sabemos, os florentinos participaram nas expedições portuguesas à Ásia desde o início e mantiveram essa participação ao longo do século XVI. Todavia, uma análise completa do contexto exigiria que nos envolvêssemos numa reflexão, ainda que breve, sobre a situação do mundo islâmico por volta de 1500. Os interlocutores muçulmanos mais diretos dos portugueses foram os oatácidas, que se tornaram proeminentes em Marrocos durante o reinado do sultão Muhammad al-Shaikh, na década de 1470. Foi este governante que, na década de 1490, acolheu no Magrebe muitos dos judeus sefarditas expulsos. Todavia, a luta pelo domínio no coração do mundo muçulmano não envolvia os oatácidas, mas duas outras potências: os mamelucos, sediados no Cairo, e os otomanos, que tinham conquistado Constantinopla aos bizantinos em 1453. Durante o longo reinado do sultão mameluco Qa'it Bey (1468–1496), parecia que os mamelucos estavam em vantagem nesta disputa. Do ponto de vista ibérico, o importante comércio de pimenta e especiarias para o oceano Índico passava, em grande parte, pelas mãos dos mamelucos, que controlavam não só o Mar Vermelho mas também portos do Mediterrâneo como Alexandria e Beirute, para onde afluíam comerciantes europeus em busca destes produtos asiáticos. O prestígio de Qa'it Bey era tal que a comunidade mudéjar de Valência lhe pediu que intervisse em seu apoio no final da década de 1480, ao que ele respondeu com uma carta agressiva dirigida ao rei Fernando, ameaçando com represálias contra os cristãos de Jerusalém e da Palestina em geral, se os muçulmanos ibéricos não fossem mais bem tratados.

Apesar desta aparente demonstração de força e das vitórias militares dos mamelucos sobre os otomanos na década de 1480, verificou-se que o seu domínio era frágil. Com a morte de Qa'it Bey, o regime mameluco tornou-se cada vez mais instável e as falhas estruturais que antes tinham sido encobertas começaram a tornar-se cada vez mais evidentes. Um exemplo disso é a incompetência da resposta naval mameluca aos portugueses no oceano Índico, que os diminuiu aos olhos dos seus aliados. Esta situação proporcionou aos otomanos a oportunidade de adotarem uma estratégia agressiva, o que aconteceu durante o reinado do sultão Selim (1512–1520). Enquanto príncipe e governador regional, Selim já tinha sido alertado para uma nova ameaça na fronteira oriental dos otomanos com a emergência da dinastia xiita safávida no Irão. Assim, na década de 1510, atuou de forma decisiva contra os safávidas, a quem derrotou de forma categórica em 1514; depois, aproveitou o impulso desta vitória para organizar uma grande campanha na Síria, em 1516–17, para pôr fim aos seus principais rivais sunitas, os mamelucos. Os otomanos

passaram assim a possuir não só o Egito, a Palestina e a Síria, como também as cidades santas de Meca e Medina e os portos do Mar Vermelho. Por volta de 1520, os otomanos exerciam uma influência crescente no oceano Índico ocidental, onde desfrutaram de grande prestígio durante o século XVI.

Este contexto mais alargado é necessário para compreender as circunstâncias em mudança em que Vasco da Gama efetuou as suas três viagens ao oceano Índico, em 1497–1499, 1502–1503 e, finalmente, em 1524. Das três viagens, a primeira é a que tem a documentação mais limitada e muitas provas importantes — como o regimento de Gama — já não existem. A viagem em si limitou-se em grande parte, no oceano Índico, aos contactos com a África Oriental, por um lado, e com o Sudoeste da Índia, por outro. Sabemos que trouxe informações preciosas sobre a geografia política e comercial da Ásia, e também que foi fonte de alguma confusão sobre a natureza e a extensão da presença cristã no continente. A responsabilidade por este facto deve ser atribuída, em parte, a Gaspar da Índia (ou Gaspar da Gama), um espião judeu que os portugueses capturaram, converteram e trouxeram para Portugal. Vários documentos, que se tornaram públicos ao longo do tempo (e que foram publicados por Thomaz), permitem-nos conhecer melhor as manipulações estratégicas do próprio Gaspar, que foi partilhando os seus vastos conhecimentos com os portugueses. Aquando da segunda viagem de Gama, em 1502, o comércio no oceano Índico já era muito mais claro, incluindo as ligações entre os portos de Kerala, o Mar Vermelho e o sultanato mameluco. Isto acabou por permitir ao rei português e à sua corte definirem a conceção geoestratégica que é bem visível no *regimento* dado a Francisco de Almeida em 1505, e que viria a ganhar contornos bem mais ambiciosos com o governador Afonso de Albuquerque no período de 1509 a 1515.

A lição importante a retirar deste facto é que os portugueses nunca agiram no vácuo, mas eram geralmente obrigados a comportar-se de forma oportunista, aproveitando o melhor que podiam as oportunidades que lhes surgiam. O seu conhecimento do mundo asiático era também muito imperfeito, ainda que tenha melhorado um pouco com a experiência. No caso de Albuquerque, a extensa coleção de cartas que nos deixou (muitas das quais foram publicadas na bem conhecida coleção *Cartas de Afonso de Albuquerque*) permite-nos entender profundamente os seus cálculos e processos de pensamento, e a forma como modificou os seus planos face às circunstâncias. No caso do tagarela e excêntrico Colombo, o historiador tem de se debater constantemente com as interpolações introduzidas por outros escritores, como demonstrou habilmente Felipe Fernández-Armesto. No caso de Vasco

da Gama, nem sequer temos o mesmo grau de sorte. O Almirante (como era habitualmente chamado depois de 1500) era um homem de poucas palavras e pouco nos deixou em termos dos seus próprios escritos, pelo que estamos sobretudo dependentes do retrato que nos chega dos seus amigos e inimigos. Entre estes contava-se o seu irmão mais novo, Aires da Gama, autor de uma extensa carta em 1519, na qualidade de capitão da fortaleza portuguesa de Cananor, onde expunha a visão da sua família para o Estado da Índia. Outra fonte importante, indicada por Luís Filipe Thomaz, encontra-se nas cartas de Diogo Pereira, um colono português radicado em Cochim, em cuja casa Vasco da Gama faleceu em dezembro de 1524. Através destes documentos, podemos compreender a distância que separava a visão da «fação de Gama» do início do século XVI da perspectiva mais convencional da construção do império português na Ásia. Por sua vez, à medida que as sucessivas gerações de Gamas foram participando na administração do Estado da Índia ao longo dos séculos XVI e XVII, as suas opiniões foram-se alterando. Um estudo futuro sobre a carreira bem documentada de Francisco da Gama, duas vezes vice-rei do Estado da Índia de 1597 a 1600, e de 1622 a 1628, permitiriam, sem dúvida, esclarecer as relações entre estas famílias aristocráticas e as suas conexões, bem como o funcionamento do império a longo prazo.

Em retrospectiva, pode dizer-se que esta biografia de Vasco da Gama marcou um importante ponto de inflexão na minha carreira. Foi a minha primeira publicação significativa depois de ter assumido um novo cargo na EHESS, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais), em Paris, que tinha albergado a importante Escola dos Annales. Estava cada vez mais convencido de que uma imersão profunda em arquivos e textos era absolutamente essencial, mesmo para estudar processos históricos de grande escala e problemas que envolvem uma multiplicidade de contextos geográficos e culturais. A minha desilusão progressiva com a sociologia histórica dos anos 1970 e 1980 (quer nas suas encarnações neomarxistas ou neweberianas), que se tinha tornado o modo dominante de escrever a «história global», só se aprofundou à medida que a necessidade de uma prática filológica informada me pareceu ser a verdadeira ordem do dia. Acabei por valorizar os escritos e o exemplo de dois historiadores que, entretanto, nos deixaram: o historiador francês Jean Aubin (1927–1998), cujo trabalho é referido ao longo desta obra, e o académico indiano Ashin Das Gupta (1932–1998), um verdadeiro pioneiro da história do oceano Índico. Ambos teriam apreciado o facto de eu me ter voltado para as «histórias conectadas», um termo que não aparece neste livro, mas que tem alguma relação com ele.



## PREFÁCIO



**E**ste livro conheceu uma gestação ao mesmo tempo curiosa e tortuosa. Fui abordado por uma editora portuguesa, na primavera de 1992, no sentido de escrever uma breve biografia de Vasco da Gama, profusamente ilustrada, destinada ao grande público. Mostrei-me relutante, a princípio, já que me parecia não haver nada de muito interessante a dizer sobre o assunto. A troca de correspondência com alguns colegas, porém, em breve me convenceu do contrário. No entanto, no verão de 1992, quando entrei em contacto com a editora e com o organizador da série que me tinha solicitado o volume, estes tinham já perdido o interesse no projeto. Em outubro do mesmo ano, o Centre for Spanish Studies, da Universidade Jawaharlal Nehru, organizou um seminário, no India International Centre, em Nova Deli, com o objetivo de «celebrar» o quinto centenário da viagem transatlântica de Colombo. Aproveitando essa ocasião, tive o ensejo de apresentar, sob a forma de uma comunicação, um primeiro esboço de uma reinterpretação da carreira de Vasco da Gama.

Rapidamente se me tornou óbvio, porém, que a forma mais apropriada para o que desejava dizer era a de um livro, e não a de um ensaio, pelo que este livro veio a conhecer o seu início definitivo no verão de 1993, por altura de uma visita a Cambridge. Desde então começaram-se a acumular, rápida e assustadoramente, dívidas de gratidão. A Fundação Calouste Gulbenkian apoiou-me durante um verão de trabalho de arquivo em Lisboa, em 1994; sinto-me particularmente agradecido à Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Farinha e ao Dr. José Blanco, do Serviço Internacional daquela instituição, muito em particular por me terem facultado o acesso a algumas coleções da Torre do Tombo

de difícil alcance. José Alberto Tavim e Manuel Lobato foram extremamente prestimosos, em vários sentidos, durante a minha estada (e mesmo mais tarde), pelo que gostava de deixar aqui reconhecida essa dívida. Luís Filipe Thomaz acompanhou-me numa esplêndida visita ao Alentejo, especialmente à Vidigueira, e comentou um primeiro esboço deste trabalho. Estou-lhe também reconhecido, assim como a Arlindo Fagundes, pelo incómodo de fotografar vários locais e objetos na Índia.

Um substancial número de páginas da primeira parte deste livro foi escrito em Minneapolis, durante o outono de 1994, aquando de uma visita ao Center for Early Modern History, da Universidade de Minnesota. Agradeço a Lucy Simler e a Jim Tracy a sua ajuda e apoio durante aquela visita, e especialmente a Stuart Schwartz, maravilhoso vizinho do lado. Carol Urness, da James Ford Bell Library, organizou uma conferência sobre Vasco da Gama que me ajudou a clarificar as ideias, e a mais uma vez ter em conta a delicadeza do tema deste livro. David Lelyveld, na Universidade de Columbia, e Claude Markovits, em Paris, ajudaram-me também a organizar dois seminários sobre o Grande Argonauta, onde as ideias contidas neste livro ganharam forma; o mais agradável dos «Vasco seminars» talvez tenha sido o organizado por David Shulman na Academia das Ciências de Israel, em março de 1995. Sinto-me também grato a Frank Conlon, de Seattle, que pacientemente encontrou e comigo viu — e em parte dormiu durante a sua visão — uma gravação de *L'Africaine*, nos finais de 1994. Outras dívidas vão para Muzaffar Alam, Kunal Chakrabarti, António Coimbra Martins, Anthony Disney, Dick Eaton, Maria Augusta Lima Cruz e Geoffrey Parker, que de um modo ou de outro me ajudaram e encorajaram. Nalini Delvoye seguiu de perto o progresso deste livro, entre divertida e irritada, mantendo os olhos bem abertos em relação a todas as referências que se relacionassem com Vasco da Gama. Sinto-me particularmente agradecido a Jorge Manuel Flores pela leitura cuidadosa que fez do texto e pelos proveitosos comentários e referências adicionais que me forneceu.

A minha maior dívida intelectual vai, contudo, para esse mestre da conjugação luso-asiática, *ṣāhib-qirān* Jean Aubin, que acompanhou a evolução do livro desde o seu início, ofereceu o seu conselho crítico, referências bibliográficas cruciais, fotocópias e transcrições de documentos de arquivo, e de um modo geral roubou tempo precioso ao seu próprio projeto sobre D. Manuel para ajudar a amadurecer este livro. Em particular, tive bastantes ocasiões para apreciar a sua visão austera da expansão portuguesa, tão distante das historiografias nacionalistas, tanto portuguesa como asiática, ainda hoje

promovidas por historiadores «oficiais» sob patrocínios interessados. Não menos importante, corrigiu também alguns embaraçantes erros contidos no penúltimo rascunho. Embora tenha visto a edição inglesa desta obra, é com tristeza que assinalo o facto de não ter vivido o suficiente para conhecer a sua versão portuguesa.

O livro em si é dedicado a um dos meus historiadores marítimos favoritos (e uma influência maior para quem quer que trabalhe com seriedade sobre os inícios do comércio moderno no oceano Índico), Ashin Das Gupta, cuja obra continua a ser fonte de inspiração, apesar (ou talvez por isso mesmo) das nossas inúmeras discordâncias. Lembro, com graça, que durante a defesa da minha tese na Delhi School of Economics, em abril de 1987, pôs a nu toda a minha ignorância sobre Vasco da Gama, plantando deste modo, quem sabe, a semente inconsciente deste livro. Escusado seria referir que não tem a pretensão de atingir a precisão dos seus padrões.

*Sanjay Subrahmanyam*



## ABREVIATURAS



ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CC	Corpo Cronológico
CEHU	Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
CVR	Cartas dos Vice-Reis da Índia
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BPADE	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora
<i>Gavetas</i>	<i>As Gavetas da Torre do Tombo</i> , ed. António da Silva Rego, 12 vols., 1960–1977
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical



## CAPÍTULO I

### Introdução: pomos de discórdia



Este Gama, cujo destino o levou a ser o iniciador dos contactos directos entre a Europa e o Oriente, era um homem com um corpo de ferro e um temperamento rude. Iltrado, brutal e violento, era, contudo, leal e destemido. Ter-se-ia revelado inútil para alguns trabalhos, mas este parecia talhado à sua medida. A tarefa que tinha pela frente não podia ser levada a cabo por um chefe gentil.

Charles E. Nowell, *The Great Discoveries* (1954)<sup>1</sup>

### VASCO E ZULAIKHA

**S**erá difícil arranjar maneira tão admirável de transformar a história em lenda como através da ópera. Neste género dramático-musical, forma quintessencialmente oitocentista (mesmo que as suas origens sejam anteriores), as personagens e as situações transfiguram-se automaticamente e dissolvem-se, de bom grado, nos mais melodramáticos matizes. O tumulto e o estrondear das emoções interpretados pela virtuosidade de vozes de registos e categorias bem definidas, e quase sempre numa paleta simples de possibilidades teatrais, sobrepõem-se à razão — mesmo à razão dramática. Este é, assim, claramente, o género dos heróis, em consonância com a particular imaginação romântica da Grande Era do Nacionalismo, deste modo de sensibilidade especialmente adequada às exigências de uma história retintamente nacionalista. Por conseguinte, muito da essência do nacionalismo alemão do século XIX passa para as obras de Richard Wagner,

assim como o *Risorgimento* italiano vai encontrar uma voz nas óperas de Giuseppe Verdi.

Abordemos então deste modo o nosso tema, ouvindo a voz de tenor de Vasco da Gama (1469–1524), não como esta nos aparece nos seus poucos escritos ou nos dos seus contemporâneos, mas através dos lábios de um seu *alter ego* operático do século XIX. E o que é que ele nos diz?

Ah! Tende compaixão pela minha memória,  
ó tu a quem dirijo as minhas preces!  
Leva apenas os meus dias,  
e deixa-me com a minha glória!  
Ah! Os tormentos reunidos pelas fúrias  
são-me menos cruéis;  
Pois é morrer duas vezes,  
perder ao mesmo tempo a vida e a imortalidade!

Assim canta o explorador Vasco da Gama no quarto ato da outrora famosa, mas hoje em dia bastante esquecida, ópera de Giacomo Meyerbeer e Eugène Scribe, *L'Africaine* (1865)<sup>2</sup>. Rapidamente se narram as voltas e reviravoltas da pouco verosímil trama desta obra com cinco atos e uma duração de quatro horas, ou mais, em tempo de representação, obra que não é — frisemo-lo — produto de autoria portuguesa<sup>3</sup>. O primeiro ato abre no Salão do Almirantado em Lisboa, onde Vasco da Gama é esperado, depois de uma longa ausência, pela sua amada Inês, filha de D. Diego, o almirante de Portugal. A soprano canta para a companheira Ana, aludindo ao último adeus de Vasco antes de este deixar as margens do Tejo («Adieu, mon beau rivage»). Acrescenta, em pelo menos uma versão:

É por mim que Vasco, na senda da glória,  
partilha os sofrimentos de Diaz, formidável marinheiro,  
batendo-se contra os ventos e as ondas,  
navega com ele em busca de terras novas.  
A minha mão será o prémio da sua vitória,  
protegido pelo amor, Vasco alcançará o triunfo.

Todavia, rapidamente ficamos a saber que Vasco da Gama, ao acompanhar o seu senhor Bernard Diaz — uma personagem compósita construída em partes iguais das figuras do navegador Bartolomeu Dias, que dobrou

o cabo da Boa Esperança em 1487, e do cronista-guerreiro Bernal Díaz del Castillo, que acompanhou Cortés no México — sofreu um naufrágio numa distante ilha deserta. Em Lisboa há quem se regozije ao pensá-lo morto, enquanto Inês, naturalmente, mostra o seu desânimo. Mas a três quartos do decorrer do ato as coisas sofrem uma dramática reviravolta para melhor, já que Vasco da Gama regressa, trazendo consigo a rainha indo-africana do título da ópera, Sélika, e atrás de si o seu servo Nélusko, ambos comprados num mercado de escravos depois de terem sido capturados no alto-mar. Vasco vem encontrar, porém, um acolhimento decepcionante, em grande parte devido às maquinações do infame D. Pedro, que deseja ardentemente Inês, e a quem a sua mão havia sido prometida pelo rei D. Manuel. Em vez de lhe serem facultados navios e homens para assim poder liderar uma outra expedição, Vasco é julgado em falta tanto pelo ferozmente intolerante Grande Inquisidor como pelo Conselho de Estado, encabeçado pelo próprio D. Pedro. O ridículo da figura severa do Grande Inquisidor e do seu coro de padres de batina reproduz *clichés* sobre a reputação de uma Península Ibérica dominada pelos padres, enquanto confirma, ao mesmo tempo, os preconceitos da burguesia francesa de meados de Oitocentos em relação ao clero católico.

No segundo ato vemos, por conseguinte, Vasco da Gama, Sélika e Nélusko atirados para uma prisão da Inquisição; a rainha canta-lhe um acalanto indiano («Sur mes genoux, fils du soleil») para lhe sossegar o espírito descoroçoado. Sélika, como já nos tinha sido dado a entender durante o primeiro ato através de várias sugestões e apartes em *sotto voce*, apaixonara-se por Vasco, enquanto o seu servo Nélusko lhe ganhara ódio, não apenas devido ao seu próprio amor pela rainha mas, significativamente, por Vasco ser cristão. A desassossegada mente pagã de Nélusko leva-o a contemplar a hipótese do assassinio de Vasco mas, por fim, é persuadido a desistir do seu intento. Enquanto o servo se contorce na sua ira, D. Pedro aparece acompanhado de Inês, inchado de arrogância, e anuncia a sua própria nomeação para chefe de uma expedição continuadora dos feitos de Diaz, com a ajuda de dois informadores nativos que Vasco trouxera consigo, precisamente Sélika e Nélusko. Pior ainda, D. Pedro persuadira Inês a casar com ele, em troca da libertação de Vasco da prisão.

No terceiro ato vemos a viagem de exploração em pleno curso; D. Pedro segue a bordo de um navio que sulca o oceano, acompanhado de Inês, guiado pelo subserviente Nélusko que, porém, nutre os seus próprios desígnios nefandos. Na verdade, dá-nos claramente a entender que tenciona fazer naufragar o navio, através do culto que devota ao terrível Adamastor,

Deus das Tempestades, a quem dedica a canção «Adamastor, roi des vagues profondes».

Um outro nobre que acompanha D. Pedro, D. Alvar, não deixa, no entanto, de manter Nélusko sob vigilância, confirmando-se as suas piores suspeições quando dois dos três navios da frota se perdem devido ao mau conselho daquele. Forma-se uma tempestade quando, na mesma altura, um outro barco (cuja vela já tinham avistado de tempos em tempos e que misteriosa e significativamente os precede) envia uma embarcação ao navio de D. Pedro. Nela chega Vasco da Gama, que conseguira o comando de um navio. Informa D. Pedro que está ali para o salvar, apesar do ódio que nutrem um pelo outro, impelido pelo seu próprio amor pela nobre Inês. D. Pedro recusa a sua ajuda com um sorriso de escárnio, e preparam-se ambos para se baterem num duelo à espada quando o Adamastor intervém. Segue-se uma terrível tempestade em que o navio naufraga num recife. É então invadido por um grande número de nativos, que entram a bordo a fim de capturar todos os sobreviventes; na confusão que se segue Nélusko apunhala e mata D. Pedro. Encontramo-nos então, pelo quarto ato, nas exóticas paragens de que Sélíka é rainha.

Este ato é a verdadeira peça de resistência da ópera, quando esta atinge o máximo do seu fulgor exótico. O cenário consiste num templo de arquitetura indiana: à direita há um palácio e ao fundo veem-se monumentos suntuosos. Entram sacerdotisas, seguidas de brâmanes, amazonas, malabaristas, guerreiros e, finalmente, a rainha, Sélíka. O Grande Brâmane, Alto Sacerdote de Brama, canta para a rainha:

Nós juramos por Brama, por Wischnou, por Shiva,  
os Deuses cujo poder o Indostão venera,  
juramos obediência à filha dos nossos reis.

Sélíka encontra-se assim de novo entre o seu povo, num Indostão africano (também confusamente referido como uma grande ilha e por vezes identificado nas indicações cénicas do segundo ato com Madagáscar), e os portugueses encontram-se agora em maus lençóis. O malévolo Nélusko, entretanto, planeia usar as mulheres portuguesas sobreviventes e Vasco da Gama, o único português que escapou à tempestade, num sacrifício humano a ser realizado pelos brâmanes. Este último, inteiramente confiante, entra em cena encarnando o seu papel de Grande Descobridor, cantando a sua Grande Ária («O paradis sorti de l'onde»), peça pela qual a ópera é mais conhecida:

Terra maravilhosa, jardim afortunado!  
Templo radiante, saudações!  
Ó paraíso emergente das ondas,  
um céu tão azul, um céu tão puro,  
que deixa os meus olhos encantados,  
tu pertences-me!  
Ó Novo Mundo com que eu quero presentear o meu país!  
Nossa esta terra escarlate,  
nosso este éden redescoberto!  
Ó tesouros encantados, ó prodígios, saudações!  
Novo Mundo, tu pertences-me  
sê meu, meu, sê então minha, ó terra maravilhosa!  
Novo Mundo, tu pertences-me, sê então meu, sê então meu,  
meu, meu, meu.

O crescendo do tenor acaba num verso talvez não muito inspirado, mas suficientemente assertivo no seu modo pouco subtil de representar o espírito do explorador e do conquistador que Eugène Scribe desejou retratar. Todavia, em breve Vasco se desengana das suas felizes ilusões e é assaltado por padres brâmanes que reclamam o seu sangue («Du sang! Du sang!») — é nesta altura que lança a sua súplica de imortalidade, que, como é natural, lhe é mais preciosa do que a própria vida. Contudo, Sélika intervém para o salvar, afirmando falsamente à assembleia que já se encontram noivos. O casamento é celebrado em grande estilo pelo Grande Brâmane do templo de Brama. Na verdade, Vasco chega mesmo a descobrir, com a ajuda de uma poção mágica que lhe é oferecida pelo Grande Brâmane, que também se encontra um pouco atraído por Sélika, e recusa a oferta que esta lhe faz para escapar. Os indianos dançam, as festividades não param, e parece ter-se atingido um final feliz.

Isto não passa, obviamente, de uma ilusão; temos ainda pela frente o trágico final. O Oriente é o Oriente e o Ocidente é, no fim de contas, o Ocidente. Vasco descobre, no quinto ato, que Inês sobreviveu ao massacre das mulheres portuguesas e os dois encontram-se em segredo no jardim do palácio. Sélika descobre-os a conversar e mostra-se, de início, furiosa e vingativa. Todavia, ao se aperceber de que nada pode fazer para contrariar o inevitável desenrolar do seu romance, deixa-os, por fim, dirigirem-se para os seus navios, acompanhados por um Nélusko feliz de alívio. Sélika sobe agora ao topo de um promontório, com o mar a seus pés, na segunda parte do quinto ato.

Respirando as exalações de uma mancenilheira convenientemente colocada no cimo da colina, a rainha desfalece entoando uma canção de despedida a Vasco. Nélusko regressa neste momento crítico e encontra-a praticamente morta. Oferece-se para morrer com ela. Canta:

Ó céus, a mão dela está como gelo,  
é a morte, é a morte, é a morte!

Sélika responde:

Não, é a felicidade!  
Aqui jaz o amor eterno!  
Aqui jaz um amor puro!

Entretanto, Vasco da Gama faz-se à vela com destino a Portugal, onde, sem dúvida, o esperam a glória e a imortalidade. Com a morte de D. Pedro no naufrágio, o amor de Vasco e da viúva Inês pode agora conhecer uma conclusão feliz. Por muito trágico que seja o fim da rainha africana (*L'Africaine*) Sélika, a celebração otimista da exploração europeia de um mundo que lhes era até aqui desconhecido continua intacta no seu essencial. Longe do nível literário de *The Tempest*, de Shakespeare, a lógica de *L'Africaine* repousa inteiramente na utilização de um conjunto de tipos operáticos e tropos exóticos, assim como no uso dos indo-africanos e da imagem de um Portugal dominado pela Inquisição, com o fim de fornecer colorido dramático. Acima de tudo está carregada com a sugestão de que, apesar de todas as aspirações românticas em contrário, o Oriente e o Ocidente estão fadados a nunca conhecerem um enlace feliz — Vasco deve encontrar em Inês o seu verdadeiro amor.

Pode parecer, à primeira vista, que o Vasco da Gama de Scribe-Meyerbeer pouco tem que ver com o Vasco da Gama cuja carreira nos propomos estudar neste livro. O espectador da ópera vê-o como um patriota, um explorador intrépido, herói romântico e galante, sonho das mulheres de quaisquer paragens. Em contraste com este aparatoso (e bastante egotista) espírito masculino, temos Sélika (uma distorção de Zulaikha, da tradição do romance persa clássico), que, de um modo curiosamente trágico, representa as terras que Vasco está destinado a descobrir. Sugestivamente, o resto das personagens de Scribe têm inspiração numa fonte específica: a obra do século XVI do poeta português, *Os Lusíadas*<sup>4</sup>, de Luís Vaz de Camões (1524–1580). Esta escolha tem o seu sentido, já que Scribe tinha anteriormente escrito o libreto para o

*Dom Sébastien, roi de Portugal* (1843), de Gaetano Donizetti, obra em que uma das personagens principais, além do desditoso monarca português, é o próprio Camões. Para *L'Africaine*, Scribe usou esta fonte com bastante liberdade, mesmo algum à-vontade. Assim, o nome do torpe D. Pedro foi quase sem dúvida inspirado no nome do rei português D. Pedro (r. 1357–1367), famoso pelo seu amor por Inês de Castro (com certeza a fonte do nome da amada de Vasco), narrado em detalhe por Camões. Acima de tudo aproveita a figura do Adamastor, muito direta e claramente retirada de Camões, que inventou este deus pagão para funcionar como o grande oponente de Vasco da Gama na sua epopeia. A ópera alicerça-se, deste modo, não em escritos históricos convencionais mas numa mitificação classicista das descobertas portuguesas herdada já dos finais do século XVI, em que Vasco da Gama nos é apresentado como uma figura ao mesmo tempo sobre-humana e, de certo modo, vulgar.

Tendo em conta estas circunstâncias, o sucesso de *L'Africaine* (chamada *Vasco de Gama, ou le Cap de tempêtes* nas suas primeiras representações) pode parecer-nos um pouco surpreendente. O compositor, Giacomo Meyerbeer (nascido Jakob Liebmann Beer, em Berlim, em 1791), tinha morrido em Paris em 1864 antes de a obra ter alguma vez sido posta em cena; o libretista Scribe morrera antes dele, em fevereiro de 1861. A versão interpretada foi, possivelmente, baseada numa substancial reelaboração dos manuscritos de Meyerbeer levada a cabo pelo célebre musicólogo belga François-Joseph Fétis, designado para esta tarefa pela viúva de Meyerbeer. Foi Fétis, a propósito, quem mudou o nome da ópera de *Vasco de Gama* para *L'Africaine*, insistindo que aquele era demasiado obscuro para o público francês da época. Ora, Meyerbeer tinha já assinado um contrato com a Ópera de Paris para *L'Africaine*, em maio de 1837, e Scribe, autor muito estimado nos círculos burgueses franceses de meados do século XIX, tinha já escrito, nesse mesmo ano, a primeira versão do libreto. Esta versão contém já a semente da estrutura do enredo posterior, mas, na verdade, não faz qualquer referência a Vasco da Gama. Ao invés, a ação passa-se em Sevilha, na época de Filipe III, o herói é Fernando, um jovem oficial da marinha, e o principal triângulo amoroso envolve-o a ele, a Inês — filha do vice-rei de Sevilha — e a Sélika (ou Sélica), rainha de um reino das profundezas de África, perto da nascente do rio Níger. Esta localização sobrevive na segunda versão, mais curta, datada de 1843, e que Meyerbeer de facto musicou. Por volta de 1849, o compositor e o libretista começaram a inclinar-se mais para a Índia como possível localização da obra e, em 1850, Meyerbeer exortou finalmente Scribe no sentido

de tornar Vasco da Gama na personagem central. Escrevia a Scribe, numa reveladora carta datada de 27 de outubro de 1851:

Não sei se me engano, mas parece-me que mostrar uma sessão solene do Almirantado português, em que Vasco da Gama aparecesse para apresentar os seus planos de descoberta da Índia e solicitar para esse efeito navios e tropas, constituiria não só uma exposição boa e clara, como, ao mesmo tempo, uma magnífica introdução musical. Este conselho seria presidido pelo rival de Vasco (mais tarde marido de Inês). Como acontece em todas as reuniões, haveria uma divisão entre os seus membros, com cada parte a defender as suas opiniões, para, no fim, triunfar a cabala contra Vasco, os seus projetos serem declarados impraticáveis e quiméricos, e o Grande Inquisidor, que supervisiona todos os Conselhos de Estado, declarar heréticas as opiniões de Vasco sobre a posição da terra. Vasco tenta agredi-lo e ameaça-o mas é destituído da sua posição e banido. Retira-se furioso, e declara que dedicará toda a sua pequena fortuna à provisão de um navio e a provar que não está errado.<sup>5</sup>

Isto é o mesmo que dizer que Meyerbeer desejava transformar Vasco da Gama numa figura aparentada à de Colombo, impelida por convicções pessoais que expõe junto de um Governo de quem espera apoio mas que o não compreende. É um tema que aparece bastante apagado na versão final (em que Colombo, porém, é mencionado explicitamente) mas de significado curioso e irónico, como adiante veremos profusamente.

Depois de um longo período de gestação de mais de um quarto de século, durante o qual foi alvo, em Paris, de inúmeros rumores, escândalos e até chistes, *L'Africaine* foi finalmente levada à cena, e interpretada na Ópera de Paris a 28 de abril de 1865<sup>6</sup>. O seu sucesso comercial a curto prazo foi espantoso: foi interpretada 100 vezes por ano, e tinha já visto 485 representações (uma média de quase 17 por ano) em 1893. A primeira apresentação americana, na Academia de Música de Nova Iorque, interpretada por Max Maretzek, foi um êxito retumbante. Só em Lisboa a ópera foi encontrar reações contraditórias. Parece que o marquês de Niza, descendente de Vasco da Gama, não ficou satisfeito com o retrato frívolo do seu antepassado, e por sua insistência a versão que foi tocada em Lisboa viu o nome de Vasco da Gama

ser misteriosamente substituído pelo de Guido d'Arezzo (c. 990–1050), um monge beneditino e musicólogo medieval de renome<sup>7</sup>. Como algumas das rimas do texto dependem da palavra «Gama», só nos é possível especular sobre como teria sido resolvido o problema.

## NAS MARGENS DO TEJO

O texto da ópera tinha provavelmente outra ressonância naqueles tempos. No atribulado clima político de 1880, quinze anos depois da primeira produção de *L'Africaine*, cinco anos depois da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa e quatro anos depois da criação do Partido Republicano português, tiveram lugar em Lisboa e outras cidades mais importantes de Portugal grandes comemorações nacionais. O objetivo patente consistia precisamente em comemorar o terceiro centenário da morte de Camões, que coincidira com a tomada de Portugal pelos Habsburgos em 1580. A lenda dizia que o poeta, que na realidade foi vitimado pela peste, se despedira do mundo porque não conseguira suportar a ideia de a sua Pátria viver sob o jugo estrangeiro. Os desafios dos anos 80 carregaram com um peso redobrado esta lenda: pois se Portugal não estava, nesta época, diretamente ameaçado, o mesmo não se pode dizer do seu império africano. De facto, a Sociedade de Geografia havia sido fundada em 1875 com o objetivo (entre outras razões) de legitimar o direito histórico português à posse de Angola e Moçambique — e mesmo até em relação aos territórios da África Central que separam aqueles dois países — face aos desafios lançados pelos ingleses, alemães, belgas e outras potências europeias<sup>8</sup>.

O grande ideólogo das comemorações de 1880 foi o prolífico académico, intelectual e jornalista Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843–1924), que mais tarde ocupou durante dois breves períodos o lugar de Presidente da República portuguesa, em 1910 e em 1915.<sup>9</sup> Anticlericalista ferrenho e vagamente socialista nas suas inclinações, Teófilo Braga era acima de tudo um nacionalista de alma e coração, que acreditava na necessidade de uma urgente regeneração do espírito português, objetivo para que as comemorações nacionais podiam contribuir de modo significativo. Braga via oporem-se-lhe outros intelectuais de coloração mais «internacionalista», como Antero de Quental e J. P. Oliveira Martins (este último bastante romântico na sua visão da História), que viam nas comemorações projetadas «o patriotismo reduzido

a um sentimento teatral e a vida nacional a uma ópera» (talvez *L'Africaine?*)<sup>10</sup>. Teófilo Braga, contudo, levou a sua avante. O acontecimento central das comemorações nacionais por ele planeadas consistia na trasladação de uma urna com alguns dos restos de Camões para o famoso mosteiro jeronimita situado nas margens do Tejo, em Lisboa (fundado pelo rei D. Manuel nos inícios do século XVI), para os transformar em objeto de veneração nacional. Seguir-se-ia, no dia 10 de junho (verdadeiro dia do aniversário da morte de Camões), um desfile em que se colocaria em contraste a anterior glória de Portugal com a decadência então vigente. Este acontecimento tinha como objetivo incutir na nação uma vergonha que impelisse os portugueses à ação, à sua defesa e sobretudo à defesa das suas possessões coloniais.

A transformação de Camões num símbolo-chave dos progressistas republicanos dos finais do século XIX pode parecer curiosa mas tem um longo precedente. Desde o século XVII que sucessivas gerações de autores portugueses vinham adaptando Camões à luz das suas necessidades, e a Geração de 70, a que Teófilo Braga pertencia, não constituiu exceção. Para outros intelectuais portugueses da altura, as comemorações representavam uma variedade de oportunidades de outro tipo. Homens como Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823–1903), médico e numismata, viu esta ocasião como oportuna para uma reafirmação não só da importância do poeta Camões como também do herói de *Os Lusíadas*, Vasco da Gama. Teixeira de Aragão tinha já ajudado a organizar a participação portuguesa na *Exposition Universelle* de Paris em 1867, e era, deste modo, uma figura experiente na orquestração de comemorações e mostras públicas; serviu mais tarde na Índia Portuguesa, em 1871–1872, numa variedade de cargos, incluindo o de secretário-geral interino. Esta estada em Goa criou-lhe um gosto pela numismática indo-portuguesa e ajudou-o também a transformar-se num convicto admirador da lenda de Vasco da Gama.

Talvez seja útil referir aqui alguma necrologia. Depois da sua morte em Cochim, a 24 de dezembro de 1524, Vasco da Gama fora enterrado com todas as honras naquela cidade, na capela do mosteiro de Santo António (mais tarde rebatizada igreja de São Francisco). Contudo, os seus restos mortais foram mais tarde exumados e transportados para as suas propriedades na Vidigueira, no Alentejo, em 1538, por um dos seus filhos, D. Pedro da Silva Gama. Aí ficaram durante dois séculos e meio em repouso, no «Jazigo dos Gama», construído nos anos 90 do século XVI, com o seguinte epitáfio (provavelmente dos finais do século XVII): *Aqui jaz o Grande Argonauta Dom Vasco da Gama, Primeiro Conde da Vidigueira, Almirante das Índias Orientais*

*e seu Famoso Descobridor*. Mas em 1840, a igreja onde jazia enterrado foi vandalizada por desconhecidos, no decurso dos chamados distúrbios setembristas da época. Grande parte do seu interior teve de ser reconstruído à pressa em 1841, e, alguns anos mais tarde, um padre local lançava um apelo no sentido de transferir os restos mortais de Gama para um local mais seguro, nomeadamente o mosteiro manuelino dos jeronimitas em Belém. O assunto, porém, não teve seguimento.

No princípio da década de 70 do século XIX foi lançada uma campanha mais concertada com o mesmo objetivo, encabeçada por Teixeira de Aragão, agora de longe o «gamáfilo» mais importante do país. Foi mobilizado o ainda poderoso marquês de Sá da Bandeira e foi formada uma comissão com o objetivo de estudar a questão. O governo do marquês de Ávila e Bolama chegou a concordar com uma exumação cerimoniosa dos restos mortais e o marquês de Niza (descendente direto dos Gamas) deu também o seu consentimento. Mas, mais uma vez, uma mudança de governo veio frustrar as intenções de Teixeira de Aragão. A campanha de Camões de 1880 apresentou-se-lhe, assim, como a ocasião ideal para ver finalmente frutificar os seus planos. Em abril desse ano a Academia Real das Ciências emprestou o seu apoio à causa e, posteriormente, ainda durante o mesmo mês, obteve-se a autorização da casa real. Além de Teixeira de Aragão, encontrava-se também intimamente ligado à gestão das cerimónias o jornalista e orador ultrarromântico Manuel Pinheiro Chagas (1842–1895).

A 5 de junho de 1880, dirigiu-se para a adormecida cidade alentejana da Vidigueira uma comissão munida, aparentemente, de toda a documentação necessária. Foi levantada a pedra tumular e os trabalhos de exumação começaram no dia seguinte para serem interrompidos por um telegrama urgente do conde da Vidigueira (outro descendente de Gama), que exigia que se parassem os trabalhos até que ele se encontrasse presente. Depois da sua chegada o trabalho prosseguiu com celeridade, e o cortejo solene, com acompanhamento de cavalaria e infantaria, partiu para Lisboa na manhã de 7 de junho, depois de proferidos os habituais discursos. A primeira paragem foi feita na estação de caminho de ferro de Cuba, onde o grupo tomou o comboio na manhã de 8 de junho, efetuando paragens em Alvito e Barreiro, para mais cerimónias e discursos. Neste último local, os restos foram transferidos para bordo de uma armada fluvial oficial, que atravessou o Mar da Palha até um lugar onde outra comissão os esperava com os ossos de Camões. As ossadas desceram então o rio até Belém, onde, ao fim da tarde, os esperava uma comissão de receção, com vários dignitários municipais e outros, membros

da Academia Real das Ciências e da Sociedade de Geografia. As várias bandas militares tocaram temas marciais e o cortejo prosseguiu então por etapas até ao mosteiro e igreja de Santa Maria, onde os esperava o rei de Portugal, D. Luís, a rainha e outras figuras. Neste local celebraram-se cerimónias religiosas solenes. Dois dias mais tarde, o desfile cívico organizado por Teófilo Braga e seus associados coroava o evento<sup>11</sup>.

No entanto, o assunto em breve veio a conhecer um desenvolvimento um pouco grotesco. Teixeira de Aragão, incansável investigador, descobriu em 1884 dois documentos — um da década de 40 do século XVII e outro dos anos 50 do século seguinte — que lançavam uma embaraçosa dúvida sobre a identidade dos ossos exumados. Ambos os testemunhos pareciam apontar para o facto de que os restos de Vasco da Gama jaziam do lado do Evangelho da nave do «Jazigo dos Gama», enquanto os ossos transferidos jaziam, de facto, no lado oposto. Na verdade, o primeiro destes textos, escrito em 1646 por Frei Álvaro da Fonseca, e dedicado ao primeiro marquês de Niza, não podia ser mais claro:

Na igreja de nossa senhora das Reliquias da vila da Vidigueira, na capella mor da banda do evangelho junto ao Altar mor, tem este convento guardados os ossos do famoso dom Vasquo da Gama, primeiro descobridor das Indias Orientais, Almirante Real delas, e primeiro Conde da Vidigueira. Não tem epitaphio sobre sua sepultura. Estão seus ossos respeitados, cuberto sempre o tumulo com hum pano de seda.<sup>12</sup>

Pior ainda, referia-se claramente que em frente a este túmulo, do lado da Epístola, existia um outro túmulo coberto com um pano de veludo preto ostentando as armas da família; nele jaziam não os ossos de Vasco da Gama mas os do seu bisneto D. Francisco da Gama (1565–1632), que, ironicamente, ocupara por duas vezes o cargo de vice-rei da Índia durante o período em que Portugal vivera sob o domínio dos Habsburgos. D. Francisco não era, manifestamente, um herói nacionalista português e, aparentemente, as pedras tumulares dos dois Gamas tinham sido trocadas, provavelmente no decurso das obras de reparação e restauração de 1841. Ademais, Luciano Cordeiro, que também participara nas comemorações, notara que as ossadas haviam sido transferidas para Lisboa dentro de um caixão que continha pelo menos oito fémures e dois crânios, o que o levou a especular que além dos restos

de D. Francisco da Gama, os ossos podiam pertencer a D. Miguel da Gama, D. Guiomar de Vilhena e D. Leonor de Távora. Ao invés, o outro túmulo, posteriormente aberto por Teixeira de Aragão a 11 de julho de 1884, por sua própria iniciativa, continha apenas um esqueleto<sup>13</sup>.

Teixeira de Aragão e Luciano Cordeiro, entre outros, dispuseram-se de imediato a pressionar o governo no sentido de retificar o erro. O governo, por seu lado, como é hábito dos governos, recusou-se sequer a admitir a existência de qualquer erro. O caso arrastou-se pelos anos 90 do século XIX, à medida que se ia acumulando uma interminável correspondência. Finalmente, em 1898, por ocasião das comemorações do quarto centenário da chegada de Gama a Calecut, organizadas pela Sociedade de Geografia, o assunto foi retificado. Mais uma vez, partiu para a Vidigueira uma comissão que compreendia Teixeira de Aragão e Luciano Cordeiro, entre outros (incluindo o ministro das Obras Públicas). Dois membros da família Gama, D. Manuel e D. Eugénia Telles da Gama, marcaram também presença, enquanto o segundo conjunto de ossos era removido da capela e levado de comboio para o Barreiro, de onde foi depois transferido para o vapor *Dona Amélia*. Às dez horas da noite do dia 8 de maio de 1898, a embarcação chegava ao Terreiro do Paço, onde era esperada pelo ministro da Marinha e outras entidades oficiais; na manhã seguinte os ossos foram desembarcados e levados para o Mosteiro dos Jerónimos. À cerimónia, que não teve nada que ver com o carácter grandioso da cerimónia de 1880, assistiram apenas algumas pessoas. Esta circunstância foi largamente compensada, porém, pelas elaboradas cerimónias que marcaram o quarto centenário da chegada de Vasco da Gama a Calecut, que tiveram lugar a 17, 18, 19 e 20 de maio de 1898. Entre os acontecimentos dignos de nota conta-se não só a construção de um grande aquário, como também a *Exposição de Vasco da Gama*, a qual deveria incluir «uma secção colonial com exhibições vivas de typos indigenas das colonias portuguesas que possam ser trazidos a Lisboa, e de modelos das habitações respectivas»<sup>14</sup>.

Permanecem algumas dúvidas sobre a autenticidade dos restos transferidos em maio de 1898, mesmo que estas não sejam tão graves como no caso da figura messiânica do rei português D. Sebastião (1554–1578). Terão sido as verdadeiras ossadas alguma vez transferidas? Serão as que jazem sob a pretensiosa pedra tumular construída para Vasco da Gama, frente à de Camões? Por ocasião de uma visita à cidade da Vidigueira, em junho de 1994, foi-me garantido por um membro da família hoje proprietária da Quinta do Carmo (onde fica a capela do «Jazigo dos Gama»), que os verdadeiros restos mortais

nunca foram, na verdade, transferidos. O dono da propriedade em finais do século XIX, o visconde de Ribeira Brava, natural da Madeira, era — foi-me confidencialmente asseverado — demasiado astuto para deixar as relíquias partir. Ao invés, impingiu outro esqueleto à comissão oficial. Talvez esta circunstância estivesse relacionada com as suas opiniões políticas, enquanto membro do Partido Progressista e depois do Partido Republicano de Afonso Costa (nos últimos anos da sua vida renunciou inclusivamente ao uso do seu título). Ou, por outro lado, quem sabe se não se tratava apenas da relutância de um proprietário em se separar de uma parte valiosa das suas propriedades? Por altura da sua morte em Lisboa, em outubro de 1918, como prisioneiro político durante o período de Sidónio Pais, o visconde teria já deixado o «segredo da localização dos ossos» à sua família. O segredo terá então passado de dono para dono; os verdadeiros restos mortais, de acordo com o que é afirmado pelos proprietários atuais, jazem ainda em local não assinalado da propriedade.

O leitor ou leitora que se sinta livre para tirar as suas conclusões sobre esta longa discórdia<sup>15</sup>. É para nós interessante notar que os episódios dos anos 80 e 90 do século XIX não constituíram as primeiras tentativas para criar um culto à volta de Vasco da Gama. Em 1597, apenas um século após a sua viagem, foram realizadas uma série de cerimónias em Goa com o fim de comemorar a viagem de Vasco da Gama pela Rota do Cabo. Nessa ocasião, o cronista Diogo do Couto (1542–1616), partidário do clã dos Gama e subordinado do bisneto de Vasco da Gama, D. Francisco da Gama (à época vice-rei em Goa), chegara ao ponto de declarar, em discurso proferido ante a Câmara Municipal de Goa:

Se aquelle Americo Vespusio que descobrio essas Indias occidentales, que os Geographos poserão pella quarta parte do mundo, ficou nelle tão famoso que toda aquella terra se chamou delle America, conservando em si o nome de seu descobridor: com quanta mais razão, esta parte da Asia q'este nosso insigne capitão nos descubrio se podera chamar *A Gama* por conservar com tão illustre apelido a memoria de mor feito que houve depois que Deus creo o mundo ate agora.<sup>16</sup>

O discurso tinha, na ocasião, um claro significado político. Duas grandes lendas dominavam a história dos inícios da expansão portuguesa na

Ásia ao tempo do discurso de Couto: a de Vasco da Gama e a de Afonso de Albuquerque. Tanto um como o outro haviam deixado atrás de si, contudo, mais do que lendas; deixaram dinastias de membros de clãs que, desde os finais do século XVI, com zelo guardavam e promoviam as lendas dos seus heroicos antepassados. Albuquerque tinha entre os seus admiradores os cronistas Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia; Gama contava com os autores de finais do século XVI Luís de Camões e Diogo do Couto<sup>17</sup>. Couto, sempre indiscreto, havia notado, mesmo que sem grande alarido, que as duas lendas disputavam um mesmo espaço, não só metafórica como também literalmente: quando D. Francisco da Gama mandou colocar o retrato do seu bisavô numa posição de honra na casa da Câmara Municipal em Goa, em 1597, o seu gesto originou vários ressentimentos. Couto escreve:

Este retrato do Conde D. Vasco da Gama, que assim se poz naquelle lugar com tanto alvoroço da Cidade, foi depois mudado não sei por cuja ordem; porque os parentes de Afonso de Alboquerque allegavam que o primeiro lugar daquella Camara lhes pertencia por Conquistador daquella Cidade; e porque se não fizesse agravo a algum, passaram estes Capitães ambos pera a fronteira da casa a de Afonso de Alboquerque á mão direita, donde se assentão os Vereadores, e a do Conde Almirante á esquerda [...].<sup>18</sup>

Há mais: a estátua de Vasco da Gama que o seu bisneto erigira no Arco dos Vice-Reis, em Goa, foi misteriosamente arrancada uma noite por celerados, que, suspeitou-se, gozavam da proteção do vice-rei que sucedeu a Francisco da Gama, Aires de Saldanha, assim como de outros oficiais e nobres. Foram espalhadas peças da estátua por toda a cidade, num gesto que se assemelha extraordinariamente a uma metáfora de profanação de sepultura e espalhar dos ossos. Este caso, que se tornou uma *cause célèbre* nos inícios do século XVII, acabou por nunca se resolver a contento, apesar da existência de um longo relatório da autoria de uma comissão de inquérito, perante a qual quase todos os mais importantes cidadãos de Goa — incluindo o próprio Diogo do Couto — depuseram<sup>19</sup>. Mais tarde foi colocada outra estátua no lugar da que tinha sido destruída, onde permanece até hoje.